

Pedro Pierobon Costa do Prado

# DESCONSIDERAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

**tirant**  
Lo blanch

Academia

São Paulo  
2019



Copyright© 2019 by Pedro Pierobon Costa do Prado

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

### CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

**EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT**

*Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México*

**JUAREZ TAVARES**

*Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil*

**LUIS LÓPEZ GUERRA**

*Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha*

**OWEN M. FISS**

*Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA*

**TOMÁS S. VIVES ANTÓN**

*Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha*

1171344

P919      Prado, Pedro Pierobon Costa do

Desconsideração da coisa julgada inconstitucional /  
Pedro Pierobon Costa do Prado. – 1.ed. – São Paulo : Tirant  
lo Blanch, 2019.

218 p.

ISBN: 978-85-9477-417-0

1.Coisa julgada. 2. Direito processual civil. I. Título.

CDU: 347.953

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei n° 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n°9 610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



**Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.**

Avenida Nove de Julho n° 3228, sala 404, ed. First Office Flat

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01406-000

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ESFORÇO HISTÓRICO</b> .....	<b>17</b>
1.1. O SURGIMENTO DA COISA JULGADA NO DIREITO ROMANO ..	17
1.2. DIREITO GERMÂNICO .....	26
1.3. PROCESSO COMUM .....	28
1.4. O PROCESSO CIVIL NA PENÍNSULA IBÉRICA E EM PORTUGAL. .	30
1.5. A LEGISLAÇÃO DO BRASIL IMPERIAL .....	32
1.6. O PROCESSO CIVIL NA REPÚBLICA .....	34
1.7. A COISA JULGADA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA. ....	38
<b>CAPÍTULO 2 - PANORAMA GERAL DA COISA JULGADA</b> .....	<b>51</b>
2.1. FUNDAMENTO POLÍTICO .....	51
2.2. A BUSCA PELO FUNDAMENTO JURÍDICO .....	53
2.3. NATUREZA JURÍDICA .....	73
2.4. CONCEITO LEGAL .....	76
2.5. ASPECTOS OU LIMITES DA COISA JULGADA .....	80
2.5.1. Limites objetivos .....	80
2.5.1.1. Os motivos .....	87
2.5.1.2. A verdade dos fatos .....	89
2.5.1.3. Questões prejudiciais .....	90
2.5.2. Limites subjetivos .....	95
2.5.3. Limites temporais da coisa julgada .....	102
2.5.4. Limites espaciais da coisa julgada .....	103
2.6. NÃO INCIDÊNCIA DA COISA JULGADA MATERIAL .....	105
2.7. RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO E OUTROS CASOS DE NOVO JULGAMENTO. ....	108
2.8. COISA SOBERANAMENTE JULGADA E COISA JULGADA DE COISA JULGADA .....	109
2.9. COISA JULGADA MATERIAL E INSTITUTOS AFINS .....	112
2.9.1. Preclusão .....	112
2.9.2. Coisa julgada formal .....	115
2.9.3. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	117
2.9.4. Estabilização da tutela antecipada .....	119

<b>CAPÍTULO 3 - A DISCUSSÃO SOBRE A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA</b> .....	<b>127</b>
3.1. COISA JULGADA INJUSTA E ILEGAL .....	131
3.2. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL .....	136
3.2.1. Supremacia da Constituição e os sistemas de controle de constitucionalidade no Brasil .....	137
3.2.2. Senrença inconstitucional. Inconstitucionalidade antecedente, superveniente e alteração da jurisprudência .....	143
3.3. FUNDAMENTOS DA RELATIVIZAÇÃO .....	147
3.3.1. Controle de constitucionalidade dos atos jurisdicionais e o princípio da constitucionalidade .....	147
3.3.2. Questionamento do alcance do “status” constitucional da coisa julgada .....	150
3.3.3. Ausência de coisa julgada no caso de inconstitucionalidade da sentença .....	151
3.3.4. Instrumentalidade do processo .....	152
3.3.5. Incidência do princípio da proporcionalidade .....	154
3.3.6. Natureza do vício de inconstitucionalidade .....	156
3.4. ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À RELATIVIZAÇÃO .....	158
3.4.1. O alto significado da coisa julgada na ordem jurídica .....	159
3.4.2. A indispensabilidade da ação rescisória para a vulneração da coisa julgada .....	162
3.4.3. A eficácia preclusiva da coisa julgada e o controle difuso de constitucionalidade .....	164
3.4.4. Os efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade em relação à coisa julgada material .....	166
<b>CAPÍTULO 4 - OS MEIOS DE DESCONSIDERAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL</b> .....	<b>171</b>
4.1. JUSTIFICATIVA DA TERMINOLOGIA EMPREGADA E DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	171
4.2. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE VEICULADA NA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA .....	173
4.2.1. O sincretismo e a alegação de inconstitucionalidade no CPC/1973 .....	173
4.2.2. A sistemática do CPC/2015 .....	180
4.2.2.1. Rol de matérias alegáveis na impugnação .....	181
4.2.2.2. A alegação de inconstitucionalidade .....	185
4.2.2.3. Outras questões .....	189
4.3. OUTROS MEIOS NÃO TIPIFICADOS EM LEI .....	191
4.3.1. Exceção de pré-executividade .....	191
4.3.2. Ação declaratória de inexistência jurídica ou “querela nullitatis insanabilis” .....	196
<b>CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES</b> .....	<b>203</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>207</b>